

Marinho questiona números do IBGE sobre desemprego

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, questionou ontem que os números divulgados pelo IBGE que indicam aumento do desemprego, de 10,4% em junho para 10,7% em julho. Ele disse que os números do Cadastro Geral de Empregados e Demitidos (Caged) apontam o contrário. Para Marinho, os números do IBGE refletem apenas a situação de algumas regiões metropolitanas. **PÁGINA A12**

Governo questiona dados do IBGE

Desemprego em alta, rendimento em queda e ministro do Trabalho Luiz

Marinho critica abordagem da pesquisa

BRASÍLIA e RIO DE JANEIRO – O ministro do Trabalho Luiz Marinho disse ontem que os números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que indicam aumento do desemprego, de 10,4% em junho para 10,7% em julho, refletem apenas a situação de algumas regiões metropolitanas, mas não a realidade do mercado de trabalho em todo o país. "A tendência é justamente o contrário", afirmou. "Os números do Cadastro Geral de Empregados e Demitidos (Caged), apontam o contrário. As pesquisas, no Brasil sobre mercado de trabalho são limitadas, porque refletem apenas a situação de algumas regiões metropolitanas."

De janeiro a julho, de acordo com o Caged, o número de novos empregos formais chegou a 1.078.155 postos de trabalho, número também um pouco inferior ao do mesmo período de 2005 (1.083.776). Mesmo assim, Marinho disse que as contratações vêm

se acelerando e que a expectativa do governo é que o número de empregos formais no país, este ano, venha a superar um pouco o de 2005, quando foram criados 1,253 milhão de novos postos de trabalho. Por isso, segundo o ministro, é preciso que os dados da pesquisa do IBGE sejam relativizados. "Tem que relativizar esta dramaticidade. Não dá para pegar a situação de uma região e achar que acabou o mundo", afirmou Marinho

Desemprego

O mercado de trabalho nas seis principais regiões metropolitanas do País registrou em julho a maior taxa de desemprego (10,7%) apurada pelo IBGE em 15 meses. Já o rendimento médio real dos trabalhadores caiu 0,7% em julho em relação ao mês anterior, no primeiro recuo após cinco meses consecutivos de expansão.

Para a gerente da pesquisa mensal de emprego, Cimar Azeredo, o mercado de tra-

balho foi "menos favorável" em julho. "Alguns coisa no mercado de trabalho não vai bem, vamos tentar explicar isso com os resultados das próximas pesquisas", disse.

Segundo ele, a variação da taxa em relação a junho "não é estatisticamente significativa", mas completa um período de cinco meses em que o desemprego está "engessado em nível mais elevado do que no ano passado".

Em julho de 2005, a taxa foi de 9,4%. Azeredo ressaltou que a expectativa para o mercado de trabalho em 2006 seria de queda na taxa de desemprego a partir de maio, mas isso não ocorreu. "Há uma maior pressão sobre o mercado, com mais pessoas procurando trabalho, e não são geradas vagas suficientes para absorver (essa pressão)", avalia.

Em julho, o número de pessoas desocupadas cresceu 3,9% em relação a junho, o que significou um acréscimo de 90 mil pes-

soas procurando trabalho. O número de ocupados cresceu apenas 0,4% no período, com geração de 84 mil vagas, o que levou a "sobra" de 2,43 milhões de desocupados nas seis regiões.

Desse modo, o número de desocupados retornou ao nível de julho de 2004. Na comparação com julho do ano passado o número de desocupados cresceu 17,9% – a maior variação desde outubro de 2003 –, com um acréscimo de 368 mil pessoas procurando emprego. O número de vagas geradas foi superior (413 mil), mas não suficiente para absorção da procura.

Para a economista do Unibanco, Giovanna Rocca os dados de julho "não são alarmantes" e mostram que há mais pessoas considerando o mercado de trabalho está mais promissor e, por isso, saem em busca de um emprego, mas ao mesmo tempo a criação de vagas não é suficiente para receber todos os interessados. (Agência Estado)

Brasil escolhe método para definir pobreza

RIO DE JANEIRO – O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vai passar a fornecer dados primários que possam ser utilizados para a confecção de um cálculo de linha de pobreza no Brasil. As estatísticas já são feitas pelo Instituto, mas não para esse fim.

Segundo o presidente do órgão, Eduardo Pereira Nunes, um grupo de trabalho integrado por técnicos do IBGE, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e também de outros órgãos, irão analisar os números a fim de chegar a um conceito único de linha de pobreza para todo o país.

Atualmente, o governo federal se utiliza apenas do crité-

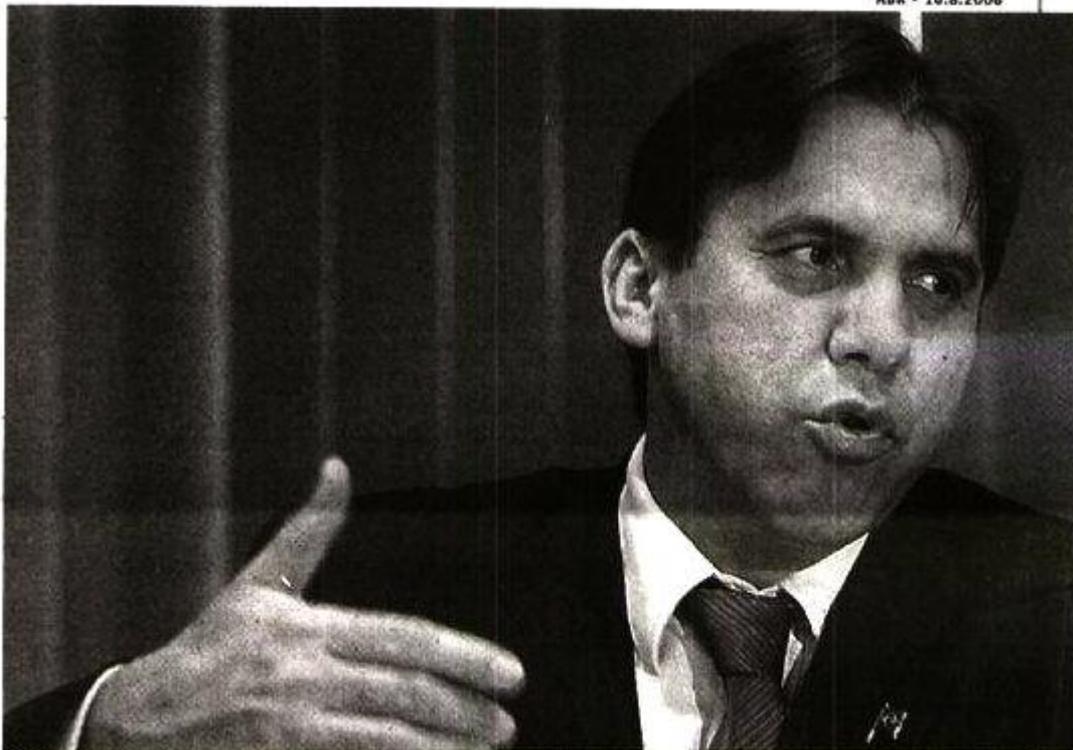
rio renda. Mas, de acordo com Nunes, é preciso também avaliar questões como segurança alimentar e condições de domicílio. Ontem, foi lançado no IBGE um compêndio com as melhores práticas mundiais de medição de pobreza. A publicação foi elaborada pelo Grupo do Rio, formado por 23 países.

Especialistas trabalharam por dez anos para reunir os métodos mais eficientes de medir a pobreza. Esse tipo de estudo é considerado importante para que sejam desenvolvidas políticas públicas de superação do problema.

Na quarta-feira, técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da

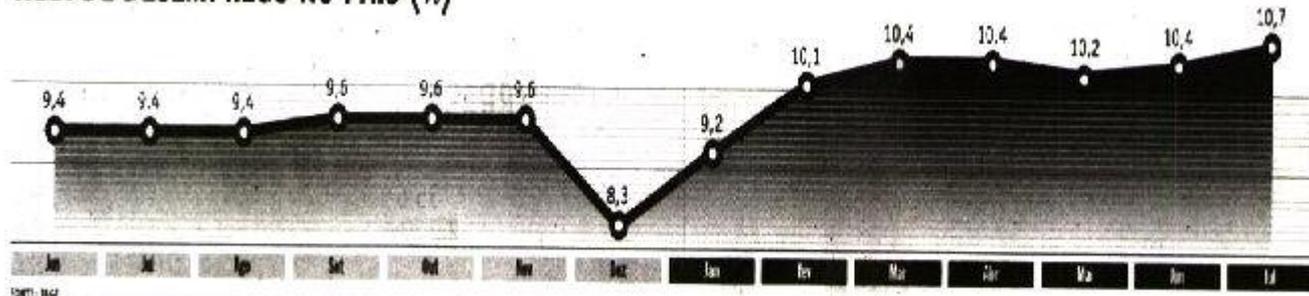
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) discordaram do resultado do estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que afirmou que os aumentos do salário mínimo acima da inflação não reduzem a pobreza e a desigualdade social.

O estudo da FGV indicou que a renda apropriada pelo trabalho pelos 50% mais pobres subiu de 10,1%, em março de 2002, para 11,62%, em julho de 2004, e chegou a 12,20%, em julho de 2006. A maior redução da desigualdade aconteceu, segundo a FGV, em 2004, exatamente no ano em que o salário mínimo não recebeu aumento real. (Agência Estado)



Para o ministro do Trabalho Luiz Marinho, "mundo não acabou" e é necessário "relativizar esta dramaticidade"

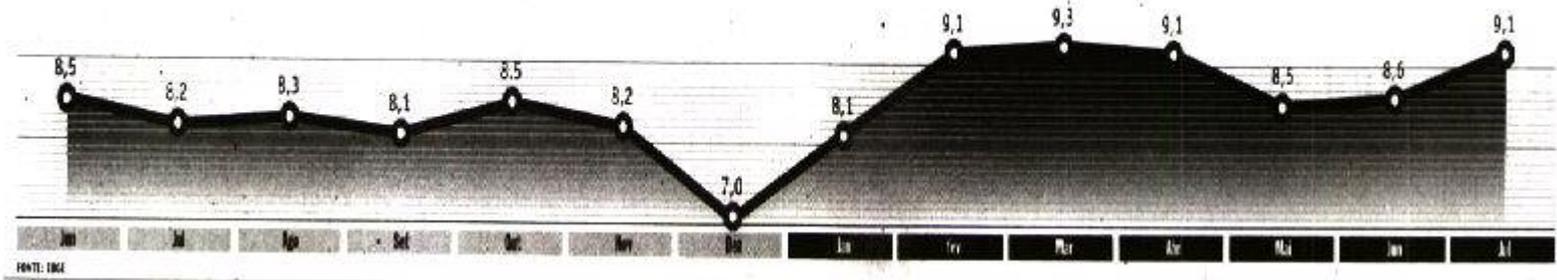
TAXA DE DESEMPREGO NO PAÍS (%)



FONTE: IBGE



TAXA DE DESEMPREGO NA GRANDE BH (%)



FONTE: IBGE